

ONTOLOGIA HUMANA E TRABALHO ALIENADO

Lígia Regina Klein¹

Bianca Larissa Klein²

A concepção do homem em Marx é clara: o homem é o sujeito da práxis, que existe transformando o mundo e a si mesmo. É um ser que inventa a si mesmo, por isso às vezes nos surpreende e escapa. Na confusão criada hoje em dia pelo capitalismo, os indivíduos se libertam de grilhões envelhecidos, mas assumem outros vínculos, novos grilhões, que também os aprisionam. Bertolt Brecht, em sua Mãe coragem e seus filhos, põe em cena uma mulher do povo que descobre que pode fazer da guerra um bom negócio, porém a guerra vai lhe matando os filhos. Não foi por acaso que Brecht disse certa vez que Marx era o espectador ideal de suas peças. (Leandro Konder)

Concepções idealistas e concepções materialistas mecanicistas acerca da condição humana têm hegemonizado o ideário pedagógico, funcionando como uma trincheira do senso comum contra tentativas de aprofundamento das questões mais candentes do ensino. No enfrentamento dos problemas pedagógicos, tais concepções não hesitam em apoiar-se em “fatores” bio-psicológicos para a explicação de situações que, a um olhar mais agudo, evidenciam-se decorrentes das contradições sociais.

Essa dificuldade expressa contradições próprias de uma realidade humana cindida pelo trabalho alienado. Enraizada nessa cisão, a característica fragmentária do pensamento burguês não cessa de lançar água no moinho do modelo que toma o conteúdo escolar sob o ponto de vista do mero detalhamento classificatório, ou, o que é pior, dá as costas às conquistas da ciência em benefício de uma pretensa construção individual, fundada no subjetivismo e no empiricismo.

O peso dessa tradição opera significativamente sobre o modo de pensar dos educadores, travando-lhes uma compreensão mais consistente do materialismo histórico e, não obstante o empenho em se manter no leito da perspectiva materialista, bem depressa aqueles esforços tendem a ser vencidos e vê-se o desenvolvimento da temática tomar o caminho das divagações idealistas.

Por outro lado, os mais consistentes teóricos materialistas da educação brasileira, com uma produção significativa, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo, têm se ocupado com o enfrentamento de questões urgentes, complexas e difíceis em que os fundamentos materialistas são adequadamente levados em conta, mas não necessariamente tomados como objeto de uma exposição didática. No contato com essa produção teórica, os iniciantes se vêem diante de uma lacuna explicativa e, no empenho de preenchê-la, frequentemente lançam mão de pressupostos ou categorias que lhes são familiares, mas que, muitas vezes, se situam na ordem dos fundamentos idealistas ou, quando muito, positivistas.

¹ Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná. Mestre e Doutora em Educação pela PUC/SP.

² Professora do Curso de Direito da UNIBRASIL. Bacharel em Direito, Mestre em Educação pela UFPR.

Desta constatação nasce o presente trabalho em que as autoras, reconhecendo seus limites e incapazes de ombrear com os mais destacados educadores marxistas brasileiros, se propõem modestamente a suprir uma lacuna meramente didática. Assim, busca-se apresentar alguns elementos da concepção de homem teorizada por Marx e Engels³, de forma, ao mesmo tempo, mais acessível e sem prejuízo do conteúdo. Em suma, pode-se assim sintetizar a natureza e o objetivo deste artigo: trata-se de um texto de caráter didático sobre o tema da ontologia humana, que tem a finalidade de oferecer um apoio à formação crítica dos pedagogos, à medida que realiza a modesta tarefa de realçar alguns fundamentos da teoria materialista. Como toda tentativa de transposição didática de uma teoria cuja profundidade ninguém ignora, é severo o risco de se cair em simplificações, não obstante o cuidado que se investirá no seu desenvolvimento. Procuraremos, firmemente, resistir aos riscos, mas desde já anunciamos nossa total abertura às críticas que possam melhorar a elaboração aqui exposta.

Da condição meramente animal à condição propriamente humana

Em *A ideologia Alemã*, Marx e Engels expõem sua concepção de homem, tomando como fundamento algumas premissas concretas, muito distantes das formulações míticas e dogmáticas que orientam as teorias idealistas. Para deixar bem clara essa distância, os pensadores afirmam já no início da crítica à ideologia alemã:

As premissas de que partimos não têm nada de arbitrário, nem são algum tipo de dogmas, mas premissas reais, das quais só é possível fazer abstração na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas com que se deparam, como aquelas engendradas pela sua própria ação. Essas premissas podem ser comprovadas, conseqüentemente, pela via puramente empírica. (MARX e ENGELS, 1946, p. 19).

Em síntese, o que define o homem são suas condições de existência, e assim, a primeira premissa de que se parte na compreensão da condição humana é a *existência de indivíduos humanos vivos* (MARX e ENGELS, 1946, p. 19). Posto que a existência de indivíduos vivos depende de que lhes sejam supridas certas necessidades - alimentar-se, habitar, defender-se dos predadores, reproduzir a espécie, etc. - há de se pensar como essas necessidades são supridas. A resposta, observável empiricamente, é de que os seres vivos atendem às suas necessidades vitais contando com certos recursos, que podemos denominar “meios de existência”. Para as espécies em geral⁴, esses meios de existência encontram-se na natureza. Seja enquanto recursos de interação do indivíduo com o ambiente, tais como os sentidos, os instintos, etc., seja enquanto recursos de consumo e de proteção (alimentos, água, tocas, grutas, etc.). São, digamos assim, “dádivas” da natureza. Num primeiro momento, a espécie humana, enquanto mera espécie animal, garantia sua existência valendo-se de seus sentidos e instintos naturais e aproveitando e coletando, na natureza, o que precisava usar e consumir para manter sua

³ Desde logo, admite-se uma fragilidade do trabalho, porquanto as autoras, não tendo fluência na língua alemã, valeram-se das traduções dos textos originais para o português, francês e espanhol.

⁴ Evidentemente, não se enquadram nesta categoria, os animais domesticados.

existência. Ocorre, porém, que ao longo da sua história, os meios naturais de existência foram sendo substituídos - em razão de dificuldades inicialmente naturais e depois, também sociais - por meios de existência produzidos pelos próprios homens.

Nessa diferença - e ao mesmo tempo, comunhão - entre as "dádivas" da natureza e os produtos do trabalho humano, repousa o nó górdio da compreensão do que é o homem. A aparente dificuldade resulta do fato de que por um lado o homem, para garantir sua existência, continua - e continuará sempre - a depender, em última instância, da natureza - ou seja, é sempre um ser "natural"; por outro lado, transformando a natureza pelo trabalho, o homem cria cada vez mais mediações entre ele e a natureza, e, portanto, é um sujeito histórico, cuja existência já não se explica exclusivamente pelas leis naturais. Vejamos como se dá esse processo de unidade-diferenciação.

A realização das necessidades da existência (comer, beber, etc.) se apresenta como um processo de intercâmbio material do indivíduo com a natureza. Na condição animal, tal intercâmbio se dá de modo duplamente natural: os meios de existência são retirados da natureza, tal como ela os produz e são retirados com o concurso dos meios naturais do organismo (garras, presas, patas, asas, guelras, etc., a depender da espécie e de suas necessidades vitais). As espécies - muito raras - que se valem de algum tosco instrumento, tal como um galho ou uma pedra, por exemplo, não obstante valerem-se de algo externo ao próprio organismo para agirem sobre a natureza, não logram transformar, senão funcionalmente, elementos naturais dados. Vale dizer: o galho, a pedra, ou outro elemento utilizado não chegam a sofrer qualquer transformação: o galho não é apontado, a pedra não é polida.

Do fato de que, nesse intercâmbio, o indivíduo vivo também precise valer-se de suas forças naturais, decorre a segunda condição da compreensão da história humana: "a constatação da organização física dos indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza" (MARX, K., ENGELS, 2007, p. 87). A relevância dessa organização e das condições de sua relação com a natureza para o entendimento da história humana, constata-se pela afirmação de Marx e Engels, de que "toda pesquisa histórica deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história" (1946, p. 95).

Impende, portanto, considerar que a organização física dos homens combina características de precariedade e características que, ao contrário, lhes conferem grande vantagem, comparativamente a outras espécies animais no que tange aos recursos orgânicos próprios para a luta pela sobrevivência. Com efeito, trata-se de uma estrutura física que, não obstante a característica onívora, é mais compatível com as espécies coletoras: o indivíduo da espécie humana não possui garras, presas, força, nem a agilidade, a velocidade de marcha e de movimentos que, em geral, caracterizam um animal caçador do mesmo porte. Assim, seus meios naturais de intercâmbio material com a natureza garantem predominantemente a atividade coletora. Engels, numa

reflexão que procura apreender as condições do “elo perdido” entre o macaco e o homem, pondera que:

A manada de macacos contentava-se em devorar os alimentos de uma área que as condições geográficas ou a resistência das manadas vizinhas determinavam. Transportava-se de um lugar para outro e travava lutas com outras manadas para conquistar novas zonas de alimentação; mas era incapaz de extrair dessas zonas mais do que aquilo que a natureza generosamente lhe oferecia, se excetuarmos a ação inconsciente da manada ao adubar o solo com seus excrementos. (ENGELS, s/d, p.273)

Por outro lado, essa espécie se juntava em manadas e vivia em árvores. É de se supor, como lembra Engels (s/d, p. 269), que esses hominídeos⁵, em razão de seu gênero de vida, desenvolveram algumas qualidades: as mãos, ao trepar, tinham de desempenhar funções distintas das dos pés e, por esse motivo, os indivíduos foram se “acostumando a prescindir de suas mãos ao caminhar pelo chão e começaram a adotar cada vez mais uma posição erecta”. Engels complementa: “Foi **o passo decisivo pra a transição do macaco ao homem**’ (grifos do autor). Vê-se, aqui, um primeiro exemplo de como a atividade prática de sobrevivência produz alterações na estrutura do organismo, razão pela qual Engels vai afirmar que “a mão não é apenas o órgão do trabalho; **é também produto dele**” (grifos do autor).

Ainda sobre o papel das mãos no processo de hominização, assim relata Monteiro Lobato (1970, pp. 220-221.), em um dos célebres serões de Dona Benta:

- A raça humana começou com uma grande vantagem. A vida dos homens primitivos sobre as árvores, com a agilidade e alerteza que eles precisavam ter, deu-lhes uma forte superioridade sobre os seres que viviam no chão. Tinham de usar muito mais o cérebro do que os quadrúpedes de baixo, que só usavam a força bruta. Depois, quando veio a mudança de que falei e eles se viram diante das florestas diminuídas, dos tais campos rasos e das tais barreiras de montanhas, já estavam suficientemente ágeis para, mesmo fora das florestas, livrar-se dos perseguidores.

Os que tiveram de desistir das florestas, para morar unicamente em planícies despidas de vegetação alta, aperfeiçoaram-se com rapidez na arte de andar de pé, sem a ajuda das mãos (nas florestas caminhavam segurando-se com as mãos nos troncos do caminho), tiveram de contar unicamente com os pés, já que as mãos não tinham em que agarrar-se. E aquelas mãos, que a princípio só serviam para ajudar aos pés, começaram a ter

⁵ Os hominídeos constituíram uma família da ordem dos primatas cuja única espécie atual é o homem (*Homo sapiens sapiens*). O estudo de fósseis indicam a existência, no gênero *Homo*, das espécies extintas *H. habilis* e *H. erectus*, das subespécies de *H. sapiens de Neandertal* e de *Cro-Magnon* e, em épocas mais remotas, de antecessores de outros gêneros, o *Ramapithecus* e o *Australopithecus*. (SCHOBINGER, 1975; LEROI-GOURHAN, 1988)

outros empregos. Começaram a servir para *segurar* coisas, para *carregar* coisas, para *despedaçar* coisas. Foi um grande progresso. Os outros animais podiam fazer isso. Para segurar, carregar e despedaçar coisas, só usavam os dentes: o bicho-homem segurava, carregava e despedaçava com as mãos, conservando os dentes livres para a defesa. Como vocês estão vendo, a vantagem era enorme.” (Grifos do autor).

No caso do homem, a sobrevivência, a depender exclusivamente das qualidades naturais próprias da organização biológica do indivíduo encontra-se limitada àquilo que a natureza generosa e espontaneamente disponibiliza. Mudanças no ambiente físico, entretanto, deflagram uma exigência de readaptação às novas condições ambientais, fundamento da seleção das espécies. Se a existência do organismo vivo depende do seu intercâmbio com a natureza, uma condição biológica inadequada para o enfrentamento de condições ambientais hostis conduz ou à extinção do indivíduo e, quiçá da espécie, ou à adaptação às novas condições de existência possíveis no ambiente. No tocante às demais espécies, o resultado desse enfrentamento será a extinção ou a seleção evolutiva da espécie. Os homínídeos entretanto, com seu organismo parco de recursos, mas com duas características fundamentais – a vida em manada e a liberdade das mãos para novas funções (pegar, suspender, lançar, socar, etc.) – produziram uma alternativa distinta das demais espécies: recorrendo ao uso de elementos da natureza como recursos extracorpóreos, objetivos, externos ao sujeito, mas que, ao mesmo tempo, passam a constituir como que uma expansão dos recursos corpóreos para a ação sobre a natureza na luta pela sobrevivência, os homens se recriam, se transformam, criam condições propriamente humanas (KLEIN e KLEIN, 2008).

A autocriação humana

Enfrentando a hostilidade da natureza e partindo de condições já dadas, naturais, os homens passaram a produzir novas condições de vida, novos meios de existência, potencializando recursos já existentes no seu organismo natural ou, mesmo, criando novos recursos estranhos à espécie.

A partir da vida em manada, produziram a atividade em cooperação e, assim, a sociedade, ampliando consideravelmente suas condições de existência. A partir dos elementos materiais da natureza (a pedra, os galhos, os outros animais, etc.) criaram instrumentos ou meios de produção que atuam como verdadeiros órgãos do seu corpo e com os quais iniciam um processo inesgotável de ampliação de suas capacidades. Com isto, alteram radicalmente sua forma de relação com a natureza, atuando sobre ela de modo consciente e por meio de um sem número de mediações que são produtos de sua criação. (KLEIN e KLEIN, 2008)

Essa criação é de tal forma extraordinária que Hendrik Van Loon, confere ao livro em que relata a história das invenções o título de “História das Invenções do Homem, o Fazedor de Milagres”. Monteiro Lobato (1970, p. 219.), em versão livre da

obra de Loon, em um diálogo entre Dona Benta e as crianças do Sítio, assim apresenta a emergência do homem:

Aquele animal peludo... que já havia transformado dois pés inúteis em duas mãos utilíssimas, lutou de rijo contra os novos obstáculos que as mudanças na superfície da Terra criaram e adaptou-se a eles. Acabou vencendo.

- Como?

- Tornando-se o que precisava ser. Tornando-se INVENTOR. Com os inventos que ia fazendo *aumentava o seu poder sobre a natureza*, e não se deixava vencer pelos obstáculos. A partir dessa época a Terra viu proliferar sobre sua crosta um bicho diferente dos demais. Um animal que criava coisas. Um animal que inventava. O Homem, enfim. (Grifos do autor).

Na mesma obra, Monteiro capta com muita propriedade a noção de que as invenções são uma extensão do próprio homem, são uma expansão de suas qualidades orgânicas com o concurso da matéria que é exterior ao seu organismo natural, são desdobramentos do organismo humano, ou mesmo uma ampliação do seu organismo:

“Foi esse o grande passo que o bicho-homem deu, e que lhe permitiu distanciar-se de todos os outros animais. Dalí por diante suas invenções seriam sempre no sentido de *aumentar* o poder dos pés e das mãos – como também aumentar o poder dos olhos, dos ouvidos e da boca, e aumentar a resistência da pele. Graças a esses aumentos o homem ganhou Eficiência, isto é, ganhou um poder tão grande que o fez rei da Terra.”

E, mais adiante, complementa:

No começo, o homem tinha de fazer tudo unicamente com a força dos seus músculos, e o esforço era penosíssimo, era doloroso. (...) E para libertar-se desse esforço o homem foi aumentando a sua eficiência (...) pelo aperfeiçoamento, pelo desenvolvimento das suas faculdades naturais, isto é, da faculdade de falar⁶, de andar, de ouvir, de enxergar. Se eu dobro a força dos meus olhos com um invento qualquer (com um vidro de aumento, por exemplo), estou aumentando a eficiência, ou o poder dos meus olhos. Se multiplico a minha capacidade de andar usando o trem ou o automóvel, aumento a eficiência dos meus pés. De modo que todos os progressos humanos não passam da multiplicação do poder dos olhos, da boca, dos pés, das mãos, dos ouvidos... (p. 225).

⁶ Por óbvio, trata-se aqui apenas da capacidade orgânica da fala, enquanto possibilidade de emitir sons fonemas, não propriamente de linguagem humana, uma vez que esta não existe naturalmente, sendo invenção humana.

Além de meios de produção que se caracterizam como uma “ampliação”, uma “potencialização” de sua própria organização física, os homens criam também relações sociais de produção compatíveis com o desenvolvimento daqueles meios (KLEIN e KLEIN, 2008). Ou seja, criam o *trabalho*, prática especificamente humana e social. A combinação desses dois fatos históricos – a sociedade e o trabalho - encontra-se na origem do homem.

Produzindo novos meios de produção e organizando-se cooperativamente na atividade produtiva, o homem supera os limites de sua organização física natural, ampliando suas *forças produtivas*, constituindo-se como gênero que, ao controlar seu intercâmbio com a natureza, transforma-a e transforma-se a si mesmo.

Daí a conclusão de Marx e Engels, de que os homens distinguem-se dos animais desde que começam a produzir seus meios de existência:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.” (MARX e ENGELS, 2007, p. 87).

Ainda que eternamente vinculadas à natureza, posto que é dela que se extrai a matéria sujeita à transformação, essas criações humanas são produtos específicos da atividade humana, construções próprias do homem, produtos do trabalho, produtos do *artifício humano*, portanto, não mais “naturais”, no sentido mais comum do termo.

Assim se inicia o processo da história humana, vale dizer, da história da autoprodução do homem, da produção ilimitada de ampliação de suas forças, de suas habilidades, de seus órgãos, de seus recursos. Que esse processo de autoprodução tenha que valer-se de elementos externos, materiais, encontrados na natureza e elaborados como bens úteis não altera em nada o fato de que os produtos desse processo são efetiva e praticamente constitutivos dos sujeitos.

Na dicção de Llorente (1985, p. 30),

Como parte de la naturaleza, el hombre es ser menestero; la satisfacción de sus necesidades se halla fuera de el, em “su cuerpo inorgánico”, en la naturaleza, “com la cual deve encontrar-se em relación continua para no morir”. Como ser natural, el hombre es, por de pronto, animal, pero su ser no se agota evidentemente en ello... Frente al animal el hombre es esencialmente um ser ilimitado.⁷

⁷ Como parte da natureza, o homem é um ser carente; a satisfação de suas necessidades se encontra fora dele, em seu “corpo inorgânico”, na natureza, *com a qual deve encontrar-se em relação contínua para não morrer*. Como ser natural, o homem é, imediatamente, animal, porém, seu ser não se esgota evidentemente nele... Frente ao animal, o homem é essencialmente um ser ilimitado.

Importante destacar que essas condições, produzidas socialmente, ou seja, em processo de cooperação, uma vez criadas passam a integrar a condição de ser dos indivíduos daquela sociedade. Metaforicamente, poderíamos dizer, por exemplo, que antes da invenção dos balões, dos dirigíveis, dos aviões, o indivíduo humano pertencia a uma espécie incapaz de voar; porém, dada a existência desses recursos, o gênero humano se constitui como uma “espécie voadora”, uma vez que estão dadas as condições concretas para a ocorrência efetiva do voo. Essa capacidade, uma vez produzida socialmente, integra a condição do gênero e, por decorrência, é também constitutiva de cada indivíduo (KLEIN e KLEIN, 2008).

Daí porque não se pode atribuir ao homem nenhuma “essência” predeterminada. O homem “é” conforme seus meios de produção e suas relações de produção, em dada sociedade. Segundo Marx, *in verbis*: “São as manifestações de sua vida que definem os indivíduos. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com a natureza da produção como com o modo da produção. O que são os indivíduos depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (1946, p. 96).

O trabalho: atividade produtiva do ser genérico consciente

Sob a égide do trabalho (não alienado) o homem se produz como ser genérico. A atividade laboral, ensina Marx, é a atividade vital, é a própria vida produtiva, é “a vida criando vida”, é a vida genérica:

No tipo de actividade vital reside todo o carácter de uma espécie, o seu carácter genérico; e a actividade livre, consciente, constitui o carácter genérico do homem. (...) O animal identifica-se imediatamente com sua actividade vital. Não se distingue dela. É a *sua própria actividade*. Mas o homem faz da actividade vital o objecto da vontade e da consciência. Possui uma actividade vital consciente. Ela não é uma determinação com a qual ele imediatamente coincide. A actividade vital consciente distingue o homem da actividade vital dos animais. Só por esta razão é que ele é um ser genérico. Ou melhor, só é um ser consciente, quer dizer, a sua vida constitui para ele um objecto, porque é um ser genérico. (Grifos do autor). (MARX, 1989, p. 164-165).

A noção de ser genérico traduz-se como universalidade, vale dizer, com o fato de que o homem produz universalmente, produz tomando a espécie como seu próprio ser, produz tendo a si mesmo como ser genérico, produz recriando a natureza na sua totalidade. Como esclarece Marx (1989, p. 165):

Sem dúvida, o animal também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para as suas crias; produz apenas numa só direcção, ao passo que o homem produz universalmente; [o

animal] produz unicamente sob a dominação da necessidade física imediata, enquanto o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade; o animal apenas se produz a si, ao passo que o homem reproduz toda a natureza; [para o animal] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem é livre perante o seu produto. O animal constrói apenas segundo o padrão e a necessidade da espécie a que pertence, ao passo que o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie e sabe como aplicar o padrão apropriado ao objecto; deste modo, o homem constrói também em conformidade com as leis da beleza.

Em síntese, enquanto os animais agem, na natureza, de forma determinada, o homem age livre e criativamente sobre o objecto, ou seja, sobre o mundo objectivo, sobre a natureza. Com efeito:

É precisamente na acção sobre o mundo objectivo que o homem se manifesta como verdadeiro *ser genérico*. Tal produção é a sua vida genérica activa. Através dela, a natureza surge como a *sua* obra e a sua realidade. Por conseguinte, o objecto do trabalho é a *objectivação da vida genérica do homem*; ao não reproduzir-se apenas intelectualmente, como na consciência, mas activamente, ele duplica-se de modo real e intui o seu próprio reflexo num mundo por ele criado. (Grifos do autor). (MARX, 1989, p. 165)

A realidade objectiva sobre a qual age e a que resulta de seu trabalho é uma realidade universal e o constitui como ser genérico.

O trabalho alienado:

Na explicação de Marx, “antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria acção, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 1982, p. 202).

No processo de trabalho, o homem age perante a natureza como uma força natural, “põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana” (MARX, 1982, p. 202).

Ao produzirem meios de intercâmbio com a natureza, na luta pela vida, os homens modificam continuamente suas condições de existência, porque dotam-se de recursos potencializadores ou modificadores de sua estrutura orgânica anterior, de recursos psíquicos superiores aos instintos, e se organizam sob relações sociais diferentes compatíveis com o tipo de forças produtivas que lograram conquistar.

O trabalho - categoria que sintetiza essa forma de existência, propriamente humana, vale dizer, sem paralelo nas outras espécies - compõe-se de três elementos

organicamente articulados: a) a própria atividade laboral; b) a matéria a que se aplica o trabalho; c) os meios de trabalho.

A atividade laboral – ou o próprio trabalho - é a atividade do sujeito que age sobre a matéria, com a intenção de transformá-la em um bem útil à existência humana (um *valor de uso*). Trata-se, portanto, de uma atividade teleologicamente orientada, ou seja, adequada a um fim. Com efeito, não se trata de atividade espontânea, instintiva. No processo de trabalho, cria-se, primeiramente, a projeção mental do produto e, em seguida, dirige-se a atividade para a realização material daquela projeção. Na dicção de Marx (2007, P. 2002),

uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

A matéria, por sua vez, é o objeto que sofre a ação transformadora do homem. É sobre ela que se aplica o trabalho. A terra, ensina Marx (1982, p. 203), é o “objeto universal do trabalho humano”, posto que dela se extraem, em última análise, todas as matérias que serão objeto do trabalho.

Os meios de trabalho são recursos empregados nessa ação transformadora, eis que a relação entre o sujeito e o objeto é mediada por diferentes recursos que logram potencializar as possibilidades do organismo humano, conforme já mencionado. A este respeito, Marx (1982, p. 203) esclarece:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente, - excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho, - não é o objeto de trabalho mas o meio de trabalho⁸. Dêsse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a

⁸ Importante distinguir objeto, instrumento e produto do trabalho. O produto do trabalho é o resultado da atividade laboral. O instrumento de trabalho é algo que potencializa o gesto laboral (cortar, rasgar, martelar, levantar, prensar, etc.) – e, por sua vez, pode ser também produto de um trabalho anterior, pois, como esclarece Marx, num certo nível de desenvolvimento, o processo de trabalho exige meios de trabalho já elaborados. Vejamos: uma pedra pode ser instrumento de trabalho, sem ter sido, antes, produto dele; mas um martelo – que é produto de uma atividade laboral – é, num segundo momento, instrumento de uma outra atividade (da atividade do marceneiro, por exemplo). O objeto de trabalho é sempre a matéria que sofre a ação do sujeito trabalhador (o ferro, por exemplo, no momento da produção do martelo; a madeira, na construção de uma casa, o papel, na impressão de um livro).

seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, apesar da Bíblia.

Além disso, também são meios de trabalho todas as condições materiais de alguma maneira necessárias à realização do processo de trabalho. Essas condições podem não participar diretamente do processo, mas são essenciais, vale dizer, sem elas o processo seria impossibilitado, parcial ou totalmente.

Nesse sentido, a terra, novamente se revela fundamental para o trabalho, pois além de objeto universal, é também meio universal do trabalho, proporcionando o local e o campo de operação para o trabalho.

O trabalho livre, criador, só se realiza mediante a conjugação dos três elementos acima descritos: força de trabalho; meios de trabalho; objetos de trabalho. Ocorre que a propriedade privada dos meios de produção expropria o trabalhador – detentor da força de trabalho – dos objetos e dos meios do trabalho.

Nessa condição, para poder produzir, só lhe resta – em posição absolutamente subordinada – entrar em um “acordo” com o proprietário privado, para a realização de um trabalho em tudo alienado⁹.

Ora, se “a universalidade do homem aparece na prática justamente na universalidade que faz da totalidade da natureza o seu corpo inorgânico, tanto por ser (1) um meio de subsistência imediato, como por ser (2) a matéria, o objeto e o instrumento de sua atividade vital” (MARX, 1985, pp. 110-111), é evidente que a propriedade privada – e seu corolário: a expropriação do trabalhador – mutila essa universalidade. A alienação se expressa nessa mutilação. O trabalho alienado converte a universalidade em mutilação, em parcialidade:

Como quiera que el trabajo enajenado (1) convierte a la naturaleza en algo ajeno al hombre, (2) lo hace ajeno de sí mismo, de su propia función activa, de su actividad vital, también hace del *género* algo ajeno al hombre; hace que para él la *vida genérica* se convierta en medio de la vida individual. En primer lugar hace extrañas entre sí la vida genérica y la vida individual, en segundo termino convierte a la primera, en abstracta, en fin de la última, igualmente en su forma extrañada y abstracta. (MARX, 1985, pp. 110-111)¹⁰

A própria vida aparece apenas, reducionistamente, como “meio de existência”. O trabalho, criador da vida, aparece como negação da vida. Esse caráter alienado se manifesta francamente na linguagem cotidiana do trabalhador, que a ele se refere como “meio de vida” e que, quando vai ao trabalho, diz que “vai ganhar a vida”. Há, portanto,

⁹ Sobre a teoria da alienação em Marx, ver, por todos Mészáros (1981).

¹⁰ Como quer que seja, o trabalho alienado (1) converte a natureza em algo alheio, estranho ao homem, (2) torna o homem alheio a si mesmo, à sua própria função ativa, à sua atividade vital; também faz do gênero algo alheio ao homem; faz com que, para ele, a *vida genérica* se converta em meio da vida individual. Em primeiro lugar, torna estranhas entre si a vida genérica e a vida individual, depois, converte a primeira, abstratamente, em finalidade da última, igualmente em sua forma alienada e abstrata.

uma clara dissociação entre o trabalho e a vida do trabalhador, sendo, aquele, não mais vida, mas meio de vida. Assim, aquilo que seria a totalidade genérica se converte em parte dilacerante e degradante, pois na medida em que “o trabalho alienado subtrai ao homem o objecto de sua produção, furta-lhe igualmente a sua vida genérica, a sua objectividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, porquanto lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico” (MARX, 1989, p. 165).

O caráter dramático da realidade humana, sob o signo do trabalho alienado, se revela plenamente se pensarmos que as conquistas da criação humana, por um lado, afastam o homem da natureza – pois interpõem complexos níveis de mediação entre ambos – tornando-o incapaz de viver diretamente da natureza. Por outro, desenvolvem condições genéricas que configuram potências inimagináveis na vida animal, cujas potências, entretanto, só se realizam sobre o objeto, vale dizer, sobre a natureza que lhe foi arrebatada. Assim, a pobreza, a fragilidade, a carência do indivíduo concreto é tanto maior quanto maior for o desenvolvimento atingido pela sociedade em que rege a propriedade privada. Tanto mais desenvolvida a sociedade de classes, mais mutilado o produtor direto, posto que arrancados deles os mais ricos recursos de realização da sua natureza laboral.

À guisa de conclusão

À prática pedagógica, atentando para o caráter ontológico do trabalho e, por outro lado, para sua condição alienada na sociedade contemporânea, impõe-se assumir desafios que costumam estar fora da pauta hegemônica: (1) a incorporação da ontologia do trabalho nas reflexões sobre as questões pedagógicas, sobre as questões de políticas educacionais, sobre as questões de organização do sistema de ensino, etc., com a necessária superação dos pressupostos idealistas ou mecanicistas como o subjetivismo individualista e o objetivismo abstrato e assim, como corolário natural, (2) a defesa da revolução social, com a superação da propriedade privada dos meios de produção como única via para a extinção do trabalho alienado e sua sanha mutiladora.

Nesta senda, a obra de Marx e Engels nos oferecem um instrumental teórico de larga proficuidade. Recorrer a essa obra impõe um último desafio: superarmos os preconceitos acadêmicos em voga, os quais, a pretexto de assunção de posições pós-modernas, não raro descambam para reflexões pré-marxistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, F. In MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

KLEIN, L. e KLEIN, B. L. Considerações críticas às noções de habilidade e competência, reivindicadas em propostas curriculares contemporâneas: relações entre

trabalho, direito e educação. In IV Colóquio sobre questões curriculares. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2008.

KONDER, Leandro. Em torno de Marx. São Paulo: Boitempo, 2010.

LEROI-GOURHAN, A. El ombre y la matéria. Madri: Taurus, 1988.

LOBATO, Monteiro. História das Invenções. São Paulo: Brasiliense, 1970.

LLORENTE, Francisco Rubio. Introducción. In MARX, Karl. Manuscritos economia y filosofía. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Trechos escolhidos sobre Filosofia. Seleção de P. Y. Nizan. Tradução de Inácio Rangel. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1946.

MARX, Karl. O Capital. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Volume I. São Paulo: Difel, 1982.

MARX, Karl. Manuscritos economia y filosofía. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

MARX, Karl. Manuscritos Económico-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Marx: A teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SCHOBINGER, J. As origens do homem. Rio de Janeiro: FGV, 1976.